



## *Introdução*

---

### OBJETIVO

Durante a última década, várias organizações e agências têm trabalhado no sentido de desenvolver normas de dados para a criação de descrições e recuperação de informação sobre objetos culturais. Esta normalização promove não só o registo de informações de forma consistente, como também é fundamental para a sua recuperação de forma eficiente, promovendo a partilha de dados, melhorando a gestão de conteúdos, e reduzindo esforços redundantes.

Com o passar do tempo, a acumulação de registos documentados de forma consistente em vários repositórios irá aumentar o acesso ao seu conteúdo, através da maximização dos resultados da pesquisa. Em última análise, a documentação normalizada vai promover o desenvolvimento de um **corpus** de informação sobre o património cultural que trará grandes avanços na investigação e ensino das artes e humanidades.

Normas que determinem a estrutura, terminologia, regras e conteúdos dos dados, formam a base para um conjunto de ferramentas que podem levar a uma boa catalogação descritiva, documentação consistente, registos **partilhados**, e o aumento de acessos por parte do utilizador final.

Nas comunidades ligadas à arte e ao património cultural, os modelos de normalização melhor conseguidos são aqueles que enumeram um conjunto de categorias ou elementos de metadados que podem ser usados para criar uma estrutura de campos numa base de dados.

O *Categories for the Description of Works of Art* (CDWA) é um exemplo de um conjunto

definido de elementos de metadados. Os esquemas CDWA Lite XML e os VRA **Core Categories, Versão 4.0** são exemplos de conjuntos de elementos de metadados expressos dentro de uma estrutura XML.

Embora uma estrutura de dados seja o primeiro passo lógico para o desenvolvimento de normas, uma única estrutura não atingirá nem uma alta taxa de descrições consistentes por parte dos catalogadores, nem uma elevada taxa de recuperação por parte dos utilizadores finais.

As normas que regem as palavras (terminologia), e a sua seleção, organização e formatação (regras e convenções) constituem outros dois tipos de normas que devem ser usados **em conjunto** com uma estrutura de dados previamente acordada.

Ao longo dos tempos, a normalização de terminologias registou um desenvolvimento muito superior ao observado para as regras e convenções, tipicamente na forma de tesouros e vocabulários controlados como o **Thesaurus for Graphic Materials** (TGM), o **Art & Architecture Thesaurus** (AAT), o **Union List of Artist Names** (ULAN) e o **Getty Thesaurus of Geographic Names** (TGN). Em conjunto com a Library of Congress Name and Subject Authorities, os vocabulários da Getty e outros tesouros conduzem-nos ao segundo passo no caminho para a normalização documental e potencial de catalogação compartilhada.

O **Cataloging Cultural Objects** (CCO) leva-nos ao terceiro passo, fornecendo normalização no âmbito das regras e convenções. Até aqui, muito pouca documentação sobre normalização de regras e convenções tem sido aplicada a obras culturais – normas que orientam a escolha dos termos e definem a ordem, sintaxe e forma em que terminologias devem ser inseridas numa estrutura de dados.

As comunidades de bibliotecas e arquivos têm normas bem estabelecidas para regras e convenções sob a forma das **Anglo-American Cataloguing Rules** (AACR) e, mais recentemente, nas **Describing Archives: A Content Standard** (DACS).

A comunidade do património cultural nos Estados Unidos, por outro lado, nunca teve quaisquer orientações semelhantes publicadas, que atendessem aos requisitos descritivos únicos e muitas vezes idiossincráticos de objetos culturais únicos. O **Cataloging Cultural Objects** foi desenvolvido para preencher essa lacuna.

Baseando-se em normas existentes, o **Cataloging Cultural Objects** fornece diretrizes para a

seleção, ordenação e formatação de dados usados para preencher elementos de metadados numa entrada de catálogo; este manual foi concebido para promover uma boa catalogação descritiva, documentação compartilhada e como forma de facilitar o acesso do utilizador final. Também se pretende informar os processos de tomada de decisão de catalogadores e construtores de sistemas de património cultural.

No CCO, o ênfase é colocado nos princípios da boa catalogação e documentação, e não em regras rígidas que não permitem a catalogadores e implementadores de sistemas tomar decisões esclarecidas sobre as informações que criam e de como elas serão apresentadas aos seus utilizadores. Esperamos que seja usado localmente, como ajuda ao desenvolvimento de manuais de aperfeiçoamento ou de regras de catalogação internas (*in-house*) ou, mais alargadamente, num ambiente partilhado como um guia para a construção de documentação consistente sobre património cultural, e que o manual avance num movimento crescente em direção à catalogação partilhada, contribuindo para a melhoria da documentação e acesso à informação sobre património cultural.

## DESTINATÁRIOS

O CCO foi especificamente desenhado para os membros das comunidades envolvidas na descrição e documentação de obras de arte, arquitetura, artefactos culturais, e as suas imagens – documentalistas de museus, curadores de recursos visuais, arquivistas, bibliotecários, ou qualquer pessoa que documente objetos culturais e as suas imagens. Embora o guia não seja sobre o desenho do sistema, pode também ser útil para *designers* de sistemas que precisem de entender a natureza e a forma da informação sobre o objeto cultural.

O guia tenta equilibrar as necessidades dos diversos públicos, mas reconhece que cada instituição terá as suas próprias exigências locais. Além disso, entende-se que aqueles que descrevem objetos originais, em vez de imagens analógicas ou digitais dos mesmos, podem necessitar de algumas orientações adicionais, especializadas.

Profissionais responsáveis pelo registo de objetos museológicos, por exemplo, podem exigir procedimentos mais detalhados para medir um objeto ou descrever a sua condição ou conservação. Além da bibliografia que acompanha este manual, as recomendações dentro dos capítulos incluem fontes especializadas adicionais para catalogação de acervos museológicos.

## ÂMBITO E METODOLOGIA

O CCO centra-se em normas de regras e convenções de dados para catalogação descritiva – normas que orientam na escolha de termos, e que definem a ordem, sintaxe e forma em que esses termos, frases, valores e descrições narrativas são registadas.

Outros tipos de normas de dados (por exemplo, normas de estrutura, terminologia e intercâmbio) são excluídos, exceto quando relevantes para a discussão de normas de regras e convenções.

Assim, cada capítulo referencia ferramentas normalizadas apropriadas para elementos específicos. Vocabulários controlados e vários tesouros são recomendados para a construção de entradas de autoridades locais.

A ênfase principal do CCO são os metadados descritivos e entradas de autoridade - dados destinados a descrever um trabalho cultural, dados usados para criar entradas de catálogo para esse trabalho e as suas imagens. Metadados administrativos (dados utilizados na gestão e administração de recursos de informação) e metadados técnicos (por exemplo, dados para registar as propriedades do ficheiro de imagem digital) são excluídos, exceto quando relevantes para a discussão de metadados descritivos. Por exemplo, o guia faz muitas vezes a distinção entre os campos controlados e campos utilizados para exibição. Embora o guia seja independente do sistema, por vezes recomenda a utilização de um ou ambos os tipos de campos numa base de dados local, com base nas necessidades da instituição catalogadora. O CCO inclui elementos utilizados para descrever tanto as obras como as imagens, mas não inclui elementos que envolvam metadados administrativos. Por exemplo, o Capítulo 3: Características físicas, abrange as características físicas da obra, mas não da imagem, porque as características físicas da imagem, tais como o seu tamanho e formato, são objetos dos metadados técnicos.

O CCO abrange diversos tipos de obras culturais, incluindo arquitetura, pintura, escultura, gravura, manuscritos, fotografias e outros meios de comunicação visual, arte da performance, sítios e artefactos arqueológicos, e vários objetos funcionais do universo da cultura material. O CCO é feito para coleções de museus, coleções de recursos visuais, arquivos e bibliotecas, com ênfase especial na arte e arquitetura. O CCO não se destina a coleções de história natural ou científicas.

A pesquisa para os CCO começou com uma revisão da literatura, especialmente aplicações de

catalogação e boas práticas. Elementos críticos do VRA Core 3.0 e das *Categories for the Description of Works of Art* (CDWA) foram incluídos. Um resumo das práticas relativas a cada elemento foi compilado a partir das fontes analisadas. Sempre que possível, as recomendações foram baseadas em práticas comuns. A pesquisa bibliográfica produziu uma pequena lista de fontes publicadas, entre elas dicionários de dados, manuais de documentação museológica e fontes biblioteconómicas e arquivísticas normalizadas. Para obter manuais inéditos não publicados, foi enviado um pedido de informação para várias listas de discussão eletrónica solicitando manuais e guias locais, os quais também foram utilizados na avaliação inicial dos materiais.

Alguns elementos acabaram por ser rejeitados com o fundamento de que tratavam mais metadados administrativos, técnicos ou estruturais relativos a ativos, do que com metadados descritivos relativos a obras e suas imagens. Os elementos que foram retidos foram agrupados de acordo com os objetivos e serviram de base para os nove capítulos que compõem a Parte 2 deste manual.

Tanto a forma como o conteúdo para o guia passaram por uma rigorosa revisão editorial, bem como pela crítica de um comité consultivo que representa todas as comunidades-alvo, incluindo bibliotecas, arquivos, museus, e profissionais de recursos visuais.